



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1 – OBJETO**

Compra de carretas agrícolas basculantes para a Secretaria Municipal de Agricultura, conforme Plano de Ação: 09032024-069895/2024, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT. PREVISTO	V. TOTAL PREVISTO
001	UN	6	CARRETAS AGRÍCOLA BASCULANTE METÁLICA. CAÇAMBA FIXA E CHAPA LISA. MIN. 6 LONGARINAS DE REFORÇO DE CADA LADO NA CAÇAMBA. GANCHOS NAS LATERAIS PARA AMARRAÇÃO. CAP. MIN. 7 TON MAXIMA 8 TON. CUBAGEM ENTRE 9 A 10M3. 2 EIXOS. DIANTEIRO SIMPLES E O EIXO TRASEIRO COM RODA DUPLA. 6 RODAS. COM PNEUS 7.50 X 16. EIXO TRASEIRO COM OPÇÃO DE REGULAGEM DE POSIÇÃO, COM SOBRE TAMPA METÁLICA MIN. DE 0.30CM REMOVÍVEL. COM FREIO ESCADA NA PARTE DIANTEIRA DA CAÇAMBA. TAMPA TRASEIRA COM ABERTURA LATERAL TIPO PORTEIRA E NO BASCULAMENTO AUTOMÁTICO. DIMENSÕES MIN LAC 1.95 X 1.25 X 370. APROX. 1600KG. Garantia de 12 meses.	R\$ 43.203,06	R\$ 259.218,38

As quantidades de carretas agrícolas a serem adquiridas foram definidas pela Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG com base nos recursos recebidos.

. Os bens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. O fornecimento do objeto é não contínuo, pois se trata de uma entrega de bens sem que haja uma demanda de caráter permanente.

O prazo de vigência deste contrato será até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado segundo Art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### **2 - FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Considerando que diversas propriedades agrícolas da região são de pequeno porte, com produtores que enfrentam desafios logísticos no transporte de insumos e produtos, o investimento em carretas agrícolas será fundamental para aumentar a produtividade e a eficiência nas atividades rurais;

Considerando que o agronegócio desempenha um papel fundamental na economia local e, para que os produtores rurais alcancem resultados satisfatórios, é imprescindível o investimento em tecnologia. Atualmente, os equipamentos disponíveis na Secretaria Municipal de Agricultura não são suficientes para atender à demanda crescente;

Considerando que as carretas basculantes agrícolas são implementos essenciais no setor agrícola, projetados para transportar e descarregar materiais como grãos, adubos, terra, silagem e outros insumos. Elas se diferenciam pelo design, capacidade de carga e sistema de basculamento, atendendo às demandas de pequenas, médias e grandes propriedades.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

Considerando que este equipamento é essencial para apoiar os pequenos produtores rurais em atividades como transporte de silagens, grãos, forrageiras e materiais correlatos, otimizando suas práticas agrícolas;

Considerando que a aquisição deste equipamento para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Abadia dos Dourados/MG visa, portanto, proporcionar melhorias nas condições de trabalho dos agricultores, impactando positivamente suas rendas e garantindo maior competitividade no mercado. Além disso, a ação contribui para o fomento à agricultura familiar, fortalecendo a sustentabilidade rural, promovendo a permanência das famílias no campo e melhorando sua qualidade de vida. Muitas famílias serão beneficiadas diretamente, enquanto muitas outras contribuições, ao contribuir para o desenvolvimento econômico da região e melhorar as condições para o trabalho rural.

Esta aquisição será executada com recursos federais obtidos por transferência especial - Plano de Ação: 09032024-069895/2024, visando fortalecer a patrulha agrícola municipal e promover o desenvolvimento da agricultura familiar no município. A ausência de carretas adequadas limita a eficiência no transporte de insumos e produtos agrícolas, comprometendo a produtividade dos pequenos produtores e dificultando o desenvolvimento sustentável das atividades rurais no município.

As necessidades a serem atendidas no ponto de vista do interesse público com a presente aquisição são:

1. Apoio à Agricultura Familiar: Disponibilizar equipamentos adequados para os agricultores familiares do município, promovendo o desenvolvimento sustentável do meio rural;
2. Melhoria da Produtividade: Facilitar o transporte de insumos e produtos agrícolas, contribuindo para a eficiência das atividades no campo;
3. Fortalecimento Econômico: Incentivar o aumento da renda dos pequenos produtores, favorecendo a permanência digna no meio rural e reduzindo o êxodo para áreas urbanas;
4. Qualidade de Vida: Promover condições que permitam melhorar a qualidade de vida do homem do campo, alinhando-se às políticas públicas de incentivo à agricultura familiar.

O fornecimento destes equipamentos tem como impactos positivos esperados:

- Aumento da eficiência nas atividades de transporte agrícola;
- Redução dos custos operacionais dos agricultores familiares;
- Fortalecimento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar no município;
- Melhoria da qualidade de vida e maior permanência dos produtores no meio rural.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Tendo em vista que o fornecimento de novas carretas agrícolas basculantes é de grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em Abadia dos Dourados/MG, a solução proposta visa à aquisição de carretas agrícolas em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço. Esta aquisição será executada com recursos federais obtidos por meio de transferência especial - Plano de Ação: 09032024-069895/2024.

### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

### **4.1 Sustentabilidade**

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

### **4.2 Indicação de marcas ou modelos**

Não haverá indicação de marcas ou modelos.

### **4.3 Da exigência de carta de solidariedade**

Não será exigida carta de solidariedade.

### **4.4 Da exigência de amostra**

Não será exigida amostra.

### **4.5 Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **4.6 Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **4.7 Prazo de Entrega e justificativa**

#### **1. Necessidade Operacional**

A exigência de um prazo de entrega de até 10 (dez) dias úteis, justifica-se pela urgência no atendimento às demandas institucionais, que no caso, o item visa atender a demanda da agricultura familiar cuja safra já é prevista para fevereiro de 2025.

O veículo solicitado integra o planejamento estratégico do Município para a agricultura, sendo indispensável para o cumprimento de metas institucionais em andamento.

Baseado na pesquisa de mercado realizada, identificou-se que diversos fornecedores conseguem atender ao prazo de entrega de 10 (dez) dias úteis, desde que possuam o veículo em estoque.

Neste sentido, o mercado é bastante consolidado, sendo que existem empresas especializadas no fornecimento de veículos que possuem capacidade logística para atender a prazos curtos.

A exigência do prazo não restringe a competitividade do processo licitatório, considerando que o mercado oferece ampla disponibilidade de modelos compatíveis com o prazo solicitado.

Assim, a imposição de um prazo reduzido visa minimizar os riscos de atraso na implementação de projetos prioritários, como: O veículo é essencial para ações que não podem ser postergadas.

Adiar as atividades pode gerar custos adicionais, como aluguéis temporários de veículos, multas contratuais, ou a necessidade de retrabalho.

A exigência do prazo atende aos princípios da economicidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021, ao priorizar o atendimento célere das demandas institucionais. Além disso, o prazo de



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

entrega de 10 (dez) dias úteis está alinhado com as práticas do mercado, conforme levantamento realizado.

Assim, a exigência de prazo de entrega de 10 dias úteis é razoável e necessária, considerando o impacto direto no atendimento às necessidades do órgão e a capacidade do mercado de atender a essa demanda.

## **4.8 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

### **Não poderão disputar esta licitação:**

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição<sup>1</sup>; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

<sup>1</sup> NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

O fornecimento do equipamento deverá ser conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas na tabela do item 01 deste termo de referência, bem como as demais condições estabelecidas no edital.

### **5.1 Condições de fornecimento do objeto**

a) Responsabilidades pelo transporte: A Contratada se responsabilizará por todos os ônus relativos ao fornecimento dos produtos, inclusive fretes e seguros desde a sua origem até a entrega no local do destino.

b) O item deverá ser entregue em no máximo 10 (dez) dias úteis após a Assinatura do Contrato e Emissão da Autorização do Fornecimento em remessa única. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pela empresa vencedora e aceito pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados – MG.

c) Local de entrega: O item deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados/MG, no Endereço: Rua Dr. Calil Porto, 380 – Centro – Abadia dos Dourados – MG.

d) Em caso de necessidade de providências por parte da contratada, os prazos de pagamento serão suspensos, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e neste instrumento.

e) O Município de Abadia dos Dourados - MG reserva-se o direito de não receber o item em desacordo com o previsto no instrumento contratual e proposta vencedora, podendo rescindir o contrato e aplicar o disposto da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

f) A Contratada é obrigada a substituir, de imediato e às suas expensas, produto em que se verificarem irregularidades.

g) As condições de recebimento do objeto são as seguintes de acordo com o artigo 60 inciso II, do Decreto Municipal 10.892 de 28 de dezembro de 2023:

- Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- Definitivamente, para efeito de verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do contratado.

### **5.2 Da garantia, manutenção e assistência técnica**

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **5.2.1 Justificativa exigência garantia e assistência técnica**

A exigência de garantia para carretas agrícolas basculantes metálicas é fundamentada nos seguintes pontos técnicos, legais e operacionais:

### **1. Assegurar a Qualidade e Durabilidade do Bem**

- **Uso Intenso e Condições Severas:** As carretas agrícolas são submetidas a condições severas de operação, como terrenos acidentados, exposição ao clima e transporte de cargas pesadas. Uma garantia de 12 meses garante que o fabricante ou fornecedor esteja comprometido com a qualidade do material e da fabricação.
- **Confiabilidade do Equipamento:** Este período é adequado para identificar possíveis falhas de fabricação ou defeitos de material, que podem comprometer a segurança ou a eficiência do equipamento.

### **2. Proteção ao Interesse Público**

- **Responsabilidade do Fornecedor:** A garantia transfere ao fornecedor a responsabilidade por eventuais reparos ou substituições necessárias devido a defeitos de fabricação, evitando custos adicionais para a administração pública.
- **Eficiência Operacional:** A falta de garantia pode resultar em interrupções nas atividades agrícolas, prejudicando programas e projetos públicos que dependem de equipamentos.

### **3. Base Jurídica**

- **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990):** O artigo 26 prevê que os produtos acordados deverão ter garantia mínima legal de 90 dias, podendo ser ampliado por acordo ou especificações contratuais. A exigência de 12 meses está em conformidade com as práticas de mercado e amplia a proteção para a administração pública.
- **Práticas de Licitação:** A Lei nº 14.133/2021 permite a inclusão de cláusulas que protejam o interesse público e garantam a qualidade e segurança na aquisição de bens e serviços.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

## **4. Adoção de Práticas de Mercado**

- **Padrões do Setor Agrícola:** Fabricantes e fornecedores de carretas agrícolas geralmente oferecem garantia de 12 meses conforme padrão, garantindo a funcionalidade e a conformidade com as especificações técnicas.
- **Concorrência Equilibrada:** A exigência está alinhada às práticas comuns do mercado, não restringindo a competitividade nas licitações.

## **5. Sustentabilidade e Manutenção**

- **Redução de Desperdício:** Uma garantia mais longa incentiva o uso de materiais e processos de alta qualidade, aumentando a vida útil do equipamento e reduzindo o descarte prematuro.
- **Instalação de Manutenção:** Durante o período de garantia, o fornecedor é responsável por fornecer peças de reposição e realizar reparos, promovendo a continuidade das operações agrícolas.

### **5.3 Contrato**

O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital. Alternativamente a convocação para comparecer perante a Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Rua Dr. Calil Porto, 380, no Centro da Cidade de Abadia dos Dourados-MG, para a assinatura do Termo de Contrato, ou o aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceite e assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

No âmbito da Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados-MG, foi publicado o Decreto nº 10.892, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do executivo municipal e o Decreto nº 11.033/2025, que designa agentes públicos em função do princípio da segregação de funções. Por este Decreto ficou designado como gestora de contratos, a servidora Ana Luiza Cenísio Teixeira de Queiroz, matrícula nº 1823 e como fiscal de contrato a servidora Tauana Pereira Borges, matrícula 1827.

## **6.1 Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 7.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

7.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

7.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

7.1.5 fraudar a licitação

7.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

7.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

7.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1 advertência;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

7.2.2 multa;

7.2.3 impedimento de licitar e contratar e

7.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3.6 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

7.3.7 Para as infrações previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

7.3.8 Para as infrações previstas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

7.4 As sanções de advertência, impetrar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

7.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- 7.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 7.1.4, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7 e 7.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 7.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 7.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 7.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 7.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 7.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **8. DA RESCISÃO**

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente nos casos previstos na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#). Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da contratada, fica o contratante autorizado a reter os créditos que a ela tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, sendo o Modo de Disputa aberto.

## **9.1 Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será de imediato em remessa única.

## **9.2 Habilitação**

Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

O(s) licitante(s) vencedor(es) deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **▪ Ato Constitutivo:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>2</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

▪ **Prova de Inscrição no CNPJ.** O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

<sup>2</sup> NE - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social**, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- **Certidão de negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante**. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do certame;
- **Alvará de Licença e Funcionamento**, em vigor na sede da licitante;
- **Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial**, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP).

### **9.4 DECLARAÇÕES:**

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

### **10. PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega e recebimento do ITEM, mediante aprovação da Secretaria Solicitante e apresentação dos documentos fiscais. Caso ocorra, a qualquer tempo, a rejeição de qualquer item, o prazo de pagamento será descontinuado e reiniciado após a correção pela contratada. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da contratada, o decurso de prazo para pagamento será



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

interrompido, reiniciando a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante do Município de Abadia dos Dourados - MG e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Abadia dos Dourados - MG.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado da contratação é de R\$ 259.218,38 (duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e dezoito reais e trinta e oito centavos) conforme tabela do Item 1 deste Termo de Referência. Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Certidão de Preços constante no anexo 1 realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pelo Decreto Municipal nº 11.033/2025.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **São obrigações da Contratante:**

- Comunicar imediatamente à contratada as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à contratante tal providência;
- Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;
- Enviar a Autorização de Fornecimento à Contratada;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da Secretaria Municipal Solicitante;
- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes;
- Paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução do contrato, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços/materiais prestados/fornecidos;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato.

### **São obrigações da Contratada:**

- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

- Assegurar ao Contratante o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Indicar preposto para representá-la durante a vigência do contrato;
- Considerar que a ação da fiscalização do Contratante não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;
- Manter os seus empregados identificados por crachá, quando no recinto do Órgão, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem do Município de Abadia dos Dourados - MG;
- Acatar todas as orientações do Município de Abadia dos Dourados - MG, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- Substituir o empregado que causar embaraço a boa execução dos serviços;
- Permitir livre acesso da fiscalização, pelo Município;
- Obedecer à legislação Ambiental;
- Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;
- O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;
- Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;
- Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a ata de registro de preços e/ou contrato, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;
- Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;
- Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do objeto;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

- Cumprir todas as normas regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho;
- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Entregar o item de acordo com os prazos estabelecidos na proposta, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
- Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega e recebimento no local de destino;
- Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela contratante, nos termos do contrato;
- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato;
- Executar o objeto através de pessoas idôneas e devidamente capacitadas, responsabilizando-se por negligência, imprudência e imperícia por parte de seus empregados;
- Paralisar por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças que fujam às especificações contratadas;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Responsabilizar-se integralmente pelas despesas com transporte e quaisquer outras adicionais referentes ao objeto contratado, de natureza direta e indireta decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, incluídos tributos, contribuições e seguros;
- A contratada deverá atender à legislação vigente, quando aos aspectos ambientais, trabalhistas, de segurança, medicina e saúde do trabalhador e todas as demais afeitas ao campo de trabalho dos serviços dessa contratação, bem como às normas técnicas brasileiras existentes;
- A inadimplência da Contratada com referência dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;
- Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para custear a execução do objeto desta licitação, correrão por conta do crédito orçamentário constante das dotações orçamentárias disponíveis do exercício financeiro em vigor.

Ficha	Fonte	Dotação
599	2706	02.01.12.00.20.606.0225. – Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários

Abadia dos Dourados, 15 de janeiro de 2025.

Elaborado por: \_\_\_\_\_

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula:1825.

Servidora responsável pela elaboração do Termo de Referência pelo Decreto 11.033/2025.

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Ciro Luiz da Silva Júnior

Secretário Municipal de Agricultura.

**Anexo 1: Certidão de Preços.**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

## **Anexo 1: Certidão de Preços**

### **CERTIDÃO DE PESQUISA DE PREÇOS**

Certifico que, diante a intenção de aquisição de 06 CARRETAS AGRÍCOLA BASCULANTE METÁLICA. CACAMBA FIXA E CHAPA LISA. MIN. 6 LONGARINAS DE REFORÇO DE CADA LADO NA CAÇAMBA. GANCHOS NAS LATERAIS PARA AMARRACÃO. CAP. MIN. 7 TON MAXIMA 8 TON. CUBAGEM ENTRE 9 A 10M3. 2 EIXOS. DIANTEIRO SIMPLES E O EIXO TRASEIRO COM RODA DUPLA. 6 RODAS. COM PNEUS 7.50 X 16. EIXO TRASEIRO COM OPÇÃO DE REGULAGEM DE POSIÇÃO, COM SOBRE TAMPA METÁLICA MIN. DE 0.30CM REMOVIVE. COM FREIO ESCADA NA PARTE DIANTEIRA DA CAÇAMBA. TAMPA TRASEIRA COM ABERTURA LATERAL TIPO PORTEIRA E NO BASCULAMENTO AUTOMATICO. DIMENSÕES MIN LAC 1.95 X 1.25 X 370. APROX. 1600KG , procedeu-se com a composição dos preços nos termos do art. 26 da Lei 14.133/21, posto que foram obtidas as seguintes cotações:

## **1- Da Pesquisa de Preços**

### **1.1- Do banco de preços.com.br**

A consulta foi realizada no dia 14/01/2025 no site do [bancodepreco.com.br](https://www.bancodeprecos.com.br), pelo link: <https://www.bancodeprecos.com.br/Cotacoes#>, posto que apurou-se os seguintes preços, conforme pesquisa abaixo e relatório anexo:

about:blank - Adobe Reader

Arquivo Editar Visualizar Janela Ajuda

Conforme anexo acima a média foi de R\$ 44.312,25

### **1.2- Dos orçamentos junto aos Fornecedores:**

1.2.1- Por fim, foi realizada pesquisa de preço junto aos fornecedores (mercado).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.593.111/0001-14**

---

1.2.2- A solicitação dos orçamentos deu-se individualmente conforme comprovação anexa, sendo a referida cotação recebida nos mesmos termos, nos seguintes valores:

a) Cotação de preços por meio de orçamento junto a empresa AGRIMAQ COMERCIAL EIRELI EPP, no valor global unitário de R\$ 46.600,00

b) Cotação de preços por meio de orçamento junto a BUDNY INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELLI, no valor global unitário de R\$ 43.200,00, conforme documento anexo.

c) Cotação de preços por meio de orçamento junto a PUMA COMERCIAL EIRELI, no valor global unitário de R\$ 42.700,00, conforme documento anexo.

VALOR MÉDIO OBTIDO: R\$ 44.166,66

**1.3-** Deixo de realizar pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento (art. 23 inc IV da Lei 14.133/21) uma vez que os preços alcançados refletem e comprovam os valores de mercado praticados atualmente.

**2- Preço médio:** Valor global de R\$ 43.203,06. (MÉDIA ARITIMÉTICA DE TODAS AS PESQUISAS DE PREÇOS – 1.1; 1.2).

### **3- Conclusão**

Diante o exposto, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas o potencial de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto foi realizada a avaliação dos preços obtidos. Sendo que os preços pesquisados apresentam-se vantajosos para Administração por serem praticados no mercado atualmente. Nada mais havendo a tratar certifico e dou fé.

Abadia dos Dourados/MG, 15 de Janeiro de 2025.

---

**Setor de Compras**